



## ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS

### 1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresas especializadas em prestação de serviços de Transporte Escolar, para atender às necessidades dos alunos da Educação Básica da Rede Municipal de Nova Friburgo, residentes na zona rural e/ou localidades de difícil acesso e/ou portadores de necessidades especiais com dificuldade de locomoção (cadeirante, e/ou com comprometimento de mobilidade comprovado). LOTE 05 – LOTE DESERTO

- Educação Infantil – Pré Escolar;
- Ensino Fundamental – Anos iniciais e finais do Ensino Regular;

Conforme estabelecido neste instrumento.

1.2	<b>Requisitante:</b>	Secretaria Municipal de Educação Nova Friburgo
1.3	<b>Fundamentação legal:</b>	Pregão Eletrônico, Lei 10520/02, Decreto Federal 10024/19, Decreto Municipal 599/2020, combinado com a Lei 8.666/93;
1.4	<b>Período:</b>	Ano letivo 2022 – 200 DIAS
1.5	<b>Tipo:</b>	Menor preço por lote

### 2. DO SERVIÇO

**2.1** A empresa contratada deverá prestar os serviços de Transporte Escolar, para atender às necessidades dos alunos da Educação Básica da Rede Municipal de Nova Friburgo, residentes na zona rural e/ou localidade

**2.2** s de difícil acesso e/ou portadores de necessidades especiais com dificuldade de locomoção (cadeirante, e/ou com comprometimento de mobilidade comprovado). Pelo período do ano letivo de 2022.

**2.3** A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens/etapas a serem cumpridas, para auxiliar a empresa contratada a estimar seus valores, considerando as especificações e necessidades:

#### Lote 5

Item	Especificação				Descrição do serviço	
					Tipo de veículo	Classificação Diária
77	José Alves	Campo do Coelho	<b>Linha 66</b>	200	Veículo com capacidade <b>mínima</b> de 16 assentos ( 1	<b>C1</b>



					motorista + 15 alunos)	
78	José Alves	Campo do Coelho	<b>Linha 67</b>	200	Veículo com capacidade <b>mínima</b> de 16 assentos ( 1 motorista + 15 alunos)	<b>C2</b>
79	José Alves	Campo do Coelho	<b>Linha 68</b>	200	Veículo com capacidade <b>mínima</b> de 9 assentos ( 1 motorista + 8 alunos)	<b>A2</b>
80	José Alves	Campo do Coelho	<b>Linha 69</b>	200	Veículo com capacidade <b>mínima</b> de 9 assentos ( 1 motorista + 8 alunos)	<b>A2</b>
81	Rei Alberto	Campo do Coelho	<b>Linha 91</b>	200	Veículo com capacidade <b>mínima</b> de 16 assentos ( 1 motorista + 15 alunos)	<b>C2</b>
82	Rei Alberto	Campo do Coelho	<b>Linha 92</b>	200	Veículo com capacidade <b>mínima</b> de 29 assentos ( 1 motorista + 28 alunos)	<b>D2</b>
83	Rei Alberto	Campo do Coelho	<b>Linha 93</b>	200	Veículo com capacidade <b>mínima</b> de 9 assentos ( 1 motorista + 8 alunos)	<b>A2</b>
84	Rei Alberto	Campo do Coelho	<b>Linha 94</b>	200	Veículo com capacidade <b>mínima</b> de 48 assentos ( 1 motorista + 47 alunos)	<b>E2</b>



85	Rei Alberto	Campo do Coelho	<b>Linha 95</b>	200	Veículo com capacidade <b>mínima</b> de 16 assentos ( 1 motorista + 15 alunos)	<b>C2</b>
86	Décio*	Conselheiro Paulino	<b>Linha 30</b>	200	Veículo com capacidade <b>mínima</b> de 9 assentos ( 1 motorista + 8 alunos)	<b>A2</b>
87	Dinah*	Conselheiro Paulino	<b>Linha 32</b>	200	Veículo com capacidade <b>mínima</b> de 9 assentos ( 1 motorista + 8 alunos)	<b>A2</b>
88	Isabel Gomes	Conselheiro Paulino	<b>Linha 60</b>	200	Veículo com capacidade <b>mínima</b> de 16 assentos ( 1 motorista + 15 alunos)	<b>C2</b>
89	JIMDEL	Conselheiro Paulino	<b>Linha 61</b>		Veículo com capacidade <b>mínima</b> de 9 assentos ( 1 motorista + 8 alunos)	<b>A1</b>
90	Lafayette Bravo*	Conselheiro Paulino	<b>Linha 70</b>	200	<b>ADAPTADO</b>	<b>B1</b>
91	Lafayette Bravo	Conselheiro Paulino	<b>Linha 71</b>	200	Veículo com capacidade <b>mínima</b> de 9 assentos ( 1 motorista + 8 alunos) <b>ESPECIAL</b>	<b>A1</b>
92	Nair	Conselheiro Paulino	<b>Linha 86</b>	200	Veículo com capacidade <b>mínima</b> de 16 assentos ( 1 motorista + 15 alunos)	<b>C3</b>



93	Nair	Conselheiro Paulino	<b>Linha 87</b>	200	Veículo com capacidade <b>mínima</b> de 9 assentos ( 1 motorista + 8 alunos)	<b>A3</b>
94	Rui Barbosa	Conselheiro Paulino	<b>Linha 96</b>	200	<b>ADAPTADO</b>	B2
95	Rui Barbosa	Conselheiro Paulino	<b>Linha 97</b>	200	Veículo com capacidade <b>mínima</b> de 16 assentos ( 1 motorista + 15 alunos)	<b>C2</b>
96	Dante Laginestra	Riograndina	<b>Linha 29</b>	200	Veículo com capacidade <b>mínima</b> de 16 assentos ( 1 motorista + 15 alunos)	<b>C2</b>
97	Estação do Rio Grande	Riograndina	<b>Linha 35</b>	200	Veículo com capacidade <b>mínima</b> de 16 assentos ( 1 motorista + 15 alunos)	<b>C2</b>

### 3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Ciente da garantia Constitucional de prover à Educação dos alunos, especificamente de zona rural e de difícil acesso, é necessário garantir o acesso através da contratação do serviço de transporte, uma vez que não existe transporte público coletivo que abranja todas as escolas do município, principalmente aquelas localizadas em zona rural.

Ademais, muitas Unidades Escolares estão situadas em locais de difícil acesso, pelo que somente veículos como "Kombi" e "Vans" conseguem realizar o transporte dos alunos, o que inviabiliza o Município de realizar este serviço de forma direta, havendo a necessidade de contratação por meio de licitação de empresa especializada.

Vale ressaltar que o Município de Nova Friburgo não dispõe de numerário suficiente de veículos e/ou servidores contratados para a função de motoristas capazes de realizar tal



serviço diretamente, o que demonstra a premência da abertura de processo licitatório para contratação de empresa apta a realizá-lo.

O acesso dos estudantes à Unidade Escolar é previsto constitucionalmente, além de haver previsão na Lei de Diretrizes Básicas da Educação, o que só demonstra a necessidade do Município fornecer o aludido transporte, uma vez que a concessionária de transporte público do Município não atende as unidades de zona rural e de difícil acesso.

Tomando como base os direitos garantidos pela Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente, Cartilha de Inclusão, Estatuto do portador de Deficiência em consonância com as legislações educacionais de Amparo ao Educando com Necessidades Especiais, o Município de Nova Friburgo atende por meio do Transporte Escolar Adaptado e Especial, os alunos que comprovadamente necessitam de atendimento diferenciado para garantir o direito de frequência e permanência na escola. Cabe ainda ressaltar que a partir de 2018, passou-se atender a recomendação do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, ( processo n.:TCE/RJ 2010408-7/15) e para o ano letivo 2022 , que entrará em vigência a tabela Guia do TRC- Economia & Transporte. será referência.

Entretanto, atentos as especificidades locais e dos alunos com necessidades especiais que exige análise individualizada, além de considerar os aspectos legais, avalia-se os aspectos socioeconômicos e clínicos indispensáveis para seleção dos veículos, para prestação de serviços adequada aos estudantes de nossa Rede Municipal, tais como, carro adaptado e/ou alunos que necessitam de exclusividade de atendimento como alunos de baixa visão, TEA, prótese ou doenças cardiovasculares ( considerando o local que residem).

Ao acompanharmos a execução da prestação do serviço de transporte escolar rural, temos a percepção que a realidade do campo tem dados que demonstram "alternância" e "oscilação" durante o ano letivo. Como, por exemplo, os alunos que os pais são meeiros (*Diz-se do agricultor que trabalha em terras que pertencem a outra pessoa. Em geral o meeiro ocupa-se de todo o trabalho, e reparte com o dono da terra o resultado da produção. O dono da terra fornece o terreno, a casa e, às vezes, um pequeno lote para o cultivo particular do agricultor e de sua família. Fornece, ainda, equipamento agrícola e animais para ajudar no trabalho. Adubos, inseticidas e adiantamentos em dinheiro podem ocasionalmente ser fornecidos pelo dono da terra. No Brasil, a agricultura de meação ainda é muito praticada, principalmente nas regiões mais atrasadas.*) Pois, se mudam que acordo com os períodos de plantio. Revelando um esvaziamento em



determinados trajetos locais e um inchaço em outros. Deixando transparecer, deste modo uma variação na km inicial, tanto para mais como para menos dependendo do período.

Por consecutivo, a orientação dada pelo TCE, em alterar a modalidade de contratação de **KM** por **DIÁRIA**, poderá regularizar a situação. Cabe ainda ressaltar, que a dinâmica do serviço na Zona rural, possui características próprias e devemos reconhecer que as pessoas que vivem no campo têm direito a uma educação diferenciada daquela oferecida a quem vive nas cidades pretendemos inovar para garantir o fortalecimento das escolas do campo. Tendo a clareza que durante todo o ano em curso o acompanhamento dos serviços deverá ser desprendido de uma visão urbanocêntrica. Porém, vigilantes às demandas que despontarem, com acompanhamento eficaz, além de regulamentar e fiscalizar a prestação do serviço praticado. Mas, sobretudo para que a operacionalização dos serviços atenda de forma dinâmica as necessidades de cada educando. Tendo em vista, sanar quaisquer distorções que se apresentem. Temos como objetivo, readequar a dinâmica da prestação do serviço para que possamos alcançar melhores condições para comunidade do campo, que percorre seu itinerário, na sua grande maioria em estradas não pavimentadas.

Destacamos, que além de estarmos adequados as orientações TCE/RJ, Manual de Planejamento e Operacionalização do Transporte (FNDE-MEC). com o objetivo de ampliar a concorrência, vislumbrando a economicidade ao Município, o certame para o ano letivo de 2022, ocorrerá via pregão eletrônico e dividido em 6 lotes, **de acordo com a recomendação n.º 01/2021 - MPF. IC nº 1.30.006.000163/2019-66**. Optamos, por seguir nesta sistematização de contratação.

A contratação destes serviços visa garantir o direito constitucional do Educando durante todo o período letivo de 2022. Conforme calendário letivo da Rede Municipal de Educação

**3.1** A Secretaria Municipal de Educação de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para realização de traslado dos alunos residentes em área rural, necessidades especiais (de locomoção) e locais de difícil acesso sem atendimento da concessionária de transporte coletivo.

**3.2** A presente contratação dos serviços transporte escolar possui o fito de atender as necessidades do alunado no que concerne a regular e garantir o acesso aos alunos as Unidades Escolares, descritas neste termo;

**3.3** Os serviços de Transporte Escolar visando o traslado dos alunos residentes em área rural, necessidades especiais (de locomoção) e locais de difícil acesso sem atendimento da concessionária de transporte coletivo são essenciais para garantir acesso e frequência dos alunos, visando atender a demanda do Setor de Gerência de Infraestrutura –



Coordenação de Transporte , bem como auxiliar nos demais procedimentos administrativos, sendo imprescindível para os procedimentos de políticos educacionais.

**3.4** O Setor Gerência de Infraestrutura possui 122 unidades, sendo destas, 50 estão previstas para atendimento do transporte escolar terceirizado, conforme descrito neste termo. Contudo, em caso de novas matrículas na Rede Municipal Educação, a Gestão do contrato poderá remanejar ou incluir o atendimento, por ser tratar de um procedimento estimativo para atendimento e aproximadamente dois mil duzentos e dezesseis (2216) alunos.

**3.5 As estimativas correspondentes foram baseadas nos cálculos apresentados às fls. 08 e 09 pelo Coordenador de Transporte desta Secretaria Municipal de Educação**

#### **4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**4.1** Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública. No caso de empresas em Recuperação Judicial, as mesmas poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58 da Lei nº 11.101/2005).

**4.2** Não poderão participar, ainda, os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

**4.3** A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

#### **5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**5.1** As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

5.1.1	<b>Elemento de Despesa:</b>	33.90.39.16
5.1.2	<b>Fonte de Recurso:</b>	03 – Salário Educação
		22.002.12361.00572.148
5.1.2	<b>Programa de Trabalho:</b>	22.003.12365.00672.167



**5.2** As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de: **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.**

## **6. FORMA DE REALIZAÇÃO DO SERVIÇO**

O CONTRATO a ser celebrado tem por objetivo a realização do serviço de traslado do alunos (que enquadram-se nos critérios estabelecidos pelo Regulamento do TER) matriculados na Rede Municipal;

Os serviços a serem contratados deverão contemplar todos os itens necessários para seu pleno funcionamento.

### **A - EMPRESA**

6.1 - A empresa deverá, em caso de eventuais problemas, fazer a substituição imediata do veículo;

6.2 - A empresa não poderá alterar os trajetos sem autorização da SME;

6.3 - Em caso de acidente a empresa deverá comunicar imediatamente a SME, e enviar cópia do registro de ocorrência;

6.4 - A empresa deverá fornecer a SME documento com registro de cada veículo por trajeto e linha, assim como o número das placas e documentação dos condutores, bem como seus contratos;

6.5 - A empresa vencedora deverá, após assinatura do contrato, reunir-se com a SME, e formalizar um calendário de reuniões, entre as equipes SME e a referida empresa, sobre assuntos diversos. Tais como:

- a - Normas e procedimentos;
- b - Capacitação;
- c - Condução preventiva;
- d - Procedimentos com os educandos;
- e - Educação no trânsito;
- f - Legislação PNATE e Caminhos da Escola;
- g - Entre outros;

6.6 - A empresa deverá oferecer seguro aos passageiros para qualquer eventualidade ocorrida do embarque até o desembarque, condição indispensável para o início dos serviços; A empresa deverá possuir seguro de responsabilidade civil de terceiros com coberturas para danos materiais de pelo menos R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e seguro de acidente pessoal de passageiros de pelo menos R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) com apólices quitadas ou renovadas até dezembro de 2022;

**6.7 - O uso de veículos escolares é utilizado é exclusivamente pelos estudantes da Rede Municipal de Ensino, ressalvada a presença de auxiliares e/ou monitores.**



6.8 - Em caso de necessidade para melhor operacionalização dos serviços, alguns itinerários podem ser compartilhados entre duas ou, no máximo, três Unidades, indicadas pela SME, considerando sua localização, endereço dos alunos, lotação dos veículos e horários de atendimento. Neste caso, a prestadora será notificada por e-mail, pela gestão do contrato;

6.10 - Documentos dos motoristas contratados, que comprove o vínculo empregatício com a empresa para exercerem tal serviço. Lei 8666/93 art. 78 ins VI., sendo vedada a subcontratação de mão-de-obra.

6.11 - Cumprimento de todos os requisitos do art. 138 e seus incisos da Lei 9.503/97 (C.T.B.)

## **B - VEÍCULOS**

6.12 - Os veículos deverão ter cinto de segurança para todos os passageiros;

6.13 - Os veículos deverão atender as normas contidas no Código Nacional de Trânsito, especialmente as constantes dos artigos 136 a 139;

6.14 - De acordo com a Lei Municipal nº 3.336/03 e a Portaria nº 010/2006 – AUTRAN, o veículo destinado ao transporte escolar deverá apresentar faixa amarela nas laterais e na traseira com a escrita em preto "ESCOLAR", e no para brisa dianteiro "A SERVIÇO DA PMNF – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO";

6.15 - O tipo de veículo descrito em cada roteiro não poderá ser substituído por outro similar quando da proposta, exceto com expressa autorização da S.M.E.

6.16 - Os veículos não poderão usar pneus na dianteira recauchutados ou frisados, somente novos;

6.17 - Os veículos deverão possuir Crono tacógrafo certificados pelo Inmetro;

6.18 - Os veículos deverão apresentar 02 (duas) faixas refletivas na traseira e 03 (três) faixas refletivas nas laterais;

6.19 - Os veículos deverão possuir faróis auxiliares (neblina), que deverão permanecer ligados todos os dias e em todos os horários durante todo o serviço prestado;

6.20 - Os veículos deverão possuir 01(uma) faixa na dianteira escrito "ESCOLAR" com letras preto e fundo amarelo;

6.21 - Os veículos deverão possuir no para brisa dianteiro número do veículo e número do trajeto;

6.22 - Os veículos utilizados para o transporte escolar deverão estar equipados com monitoramento eletrônico/GPS, sendo que a Contratada deverá disponibilizar em até 05(cinco) dias corridos após a homologação.



6.23 - Para que o transporte de alunos seja mais seguro, o ideal é que os veículos da frota tenham no máximo sete anos de uso.

6.24 - Além das vistorias normais no Detran, o veículo que transporta alunos precisa fazer mais duas vistorias especiais anuais, uma por semestre para verificação específica dos itens de segurança para transporte escolar.

6.2.5 - Os veículos classificados como transporte adaptado devem estar em conformidade com as normas da ABNT para atendimento aos alunos portadores de cadeira de roda, em caso de eventual necessidade, a Secretaria Municipal de Educação disponibilizará servidor para auxiliar e/ou monitorar o transporte.

6.2.6- A frota de veículos deve estar integralmente regular com as especificidades para prestação de serviços de transporte escolar e exigências normativas e técnicas de trânsito ao tempo do início da execução do objeto, incumbindo ao licitante à obtenção das autorizações junto ao órgão Estadual, como condição prévia, com prazo máximo de 05(cinco) dias corridos a partir da homologação.

## **C - MOTORISTA / CONDUTOR**

### **6.25 QUALIFICAÇÃO DOS CONDUTORES E VEÍCULOS:**

- Idade superior a 21 anos.
- Habilitação para dirigir veículos na categoria D.
- Ter sido submetido a exame psicotécnico com aprovação especial para transporte de alunos.
- Ter se formado em curso de Formação de Condutor de Transporte Escolar. (Curso específico do Transporte Escolar realizado no SEST/SENAT)
- Cumprimento de todos os requisitos previstos na lei 9.503/97
- Apresentação da certidão negativa do registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos, junto ao órgão responsável pela respectiva concessão ou autorização, na forma do art. 329 da Lei 9.503/97

6.26 - O condutor de veículo, só poderá permitir o embarque e o desembarque do estudante menor de 18 (dezoito) anos, se o nome do aluno constar na relação preenchida e assinada pelo responsável, entregue pela direção da escola;

6.27 - Os motoristas não poderão dar "CARONA" e transportar crianças menores de 10 (dez) anos de idade no banco dianteiro; (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997), que estabelece, no artigo 64. que apenas a partir dos **dez anos as crianças podem** se sentar no assento frontal: As **crianças** com idade inferior a **dez anos** devem ser transportadas nos bancos traseiros, salvo exceções regulamentadas pelo CONTRAN.

6.28 - Cópia de habilitação dos motoristas exigida para transporte de escolares que irão prestar serviços (art. 138, inciso V, da Lei nº 9.503/97), categoria "D" ou superior; e art.138, II do C.T.B.



6.29 - Cópia de Carteira expedida pelo SENAT (Secretaria Nacional de Aprendizagem do Transporte), atualizada, estando apto como condutor de veículo escolar art. 138, V do C.T.B

6.30 - Apresentação de Certidão de Prontuário junto ao Detran conforme art. 138, IV do C.T.B.

6.31 - O condutor deverá ter disponível celular com sistema Androide ou IOS. Para monitoramento do sistema SETE ou similar.

## **7 LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

7.11 Será emitida, mensalmente, pela Gestão e Fiscalização do contrato, Ordem de Serviço, enviada a empresa contratada contendo o detalhamento dos trajetos, itinerários e horários para operacionalização dos serviços. Cumpre esclarecer ainda que, por se tratar de processo estimativo esta Ordem de Serviço, poderá ser alterada/ajustada para melhor execução;

7.12 Se na execução contratual vier existir novo itinerário, não incluso neste instrumento, seja por mudanças, acréscimos ou supressões, a Administração Contratante deverá comunicar a contratada, mediante atestado pela Gestão contratual que deverá, ao seu turno, prover meios materiais e humanos necessários para prestação dos serviços;

## **8 DA LIQUIDAÇÃO.**

8.11 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018.

## **9 DO PAGAMENTO**

9.11 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

9.12 A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

9.13 A liberação de nota de pagamento ocorrerá após formulário preenchido e enviado pelas direções das Unidades Escolares comprovando a prestação do serviço de Transporte Escolar para ao setor responsável, até do 5º (quinto) dia útil do mês vigente, atestando assim a execução dos dias letivos trabalhados com atendimento



do transporte, servindo de método de aferição da execução e pagamento dos serviços, além da implementação do monitoramento eletrônico mensal.

- 9.14 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

## **10 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 10.11 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

10.1.1 Fiscalizar a execução dos serviços, através de profissional designado para este fim, em conformidade com o contrato;

10.1.2 Proibir que a CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas;

10.1.3 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

10.1.4 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

10.1.5 Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;

10.1.6 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

10.1.7 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

10.1.8 Dar publicidade a comunidade escolar do Regulamento Municipal de Transporte Escolar, fiscalizar e fazê-lo cumprir;

## **11 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

- 11.11 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

**11.1.1** Atender de imediato às solicitações da Secretaria Municipal de Educação quanto às substituições da mão de obra, quando a referida mão de obra for identificada como inadequada à prestação dos serviços;

**11.1.2** Manter o serviço contratado em número, qualidade e condições especificadas;

**11.1.3** Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Educação, para representá-la na execução do Contrato;



**11.1.4** Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

**11.1.5** Dispor de um fiscal de linha para supervisão do itinerário, especialmente designado na forma dos artigos 67 e 73, da lei 8666, de 1993;

**11.1.6** Arcar com toda despesa e responsabilidade pela manutenção dos veículos;

**11.1.7** Fornecer insumos operacionais dos equipamentos;

**11.1.8** Durante o período que decorrerá entre o início e término do contrato, a CONTRATADA deverá manter canal de comunicação ininterrupto com profissional de sobreaviso para em caso de intercorrência acionamento imediato, disponibilizando assim contato deste e de um substituto;

**11.1.9** A empresa contratada deverá apresentar mapas de manutenção com todos os reparos, assinados e carimbados por cada supervisor do seu devido setor, com a frequência trimestral;

**11.1.10** Cumprir o objeto do presente termo de referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da licitação, bem como na legislação em vigor;

**11.1.11** Fornecer à Secretaria Municipal de Educação os nomes dos funcionários autorizados a manter contato com o município através da Gerência de Infraestrutura e Coordenação de Transporte;

**11.1.12** Fornecer ao CONTRATANTE o número de telefone do preposto, com perfeito conhecimento do objeto do contrato, para o pronto deslocamento e atendimento em situações de emergência ou de alguma eventualidade;

**11.1.13** Comunicar, imediatamente, por intermédio do fiscal do contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do Contrato;

**11.1.14** Assumir inteira responsabilidade pela conservação e limpeza dos veículos. O desenvolvimento de trabalhos deverá ser rigorosamente planejado;

**11.1.15** Fornecer aos seus empregados uniforme, crachá de identificação e equipamentos de proteção individual, obedecendo ao disposto nas normas de segurança do Ministério do Trabalho;

**11.1.16** Estar em dia com suas obrigações trabalhistas perante seus funcionários, bem como perante os demais Órgãos Públicos descritos no presente Termo de Referência;

**11.1.17** Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria Municipal De Educação;



**11.1.18** na manutenção dos veículos utilizar nos equipamentos peças genuínas ou recomendadas pelo fabricante, de configuração idêntica ou superior, por ocasião da execução de manutenção corretiva;

**11.1.19** Apresentar no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa, comprovando haver prestado adequadamente, anteriormente, execução de serviços de características, quantidades e prazos compatíveis com as do objeto do termo de referência;

**11.1.20** Os Atestados de Capacidade Técnica deverão conter em destaque: data de início e término dos serviços, local de execução, nome do contratante e da pessoa jurídica contratada, nome(s) do(s) responsável(s) técnico(s), seu título profissional, especificações e demais dados técnicos com informações detalhadas sobre o quantitativo executados;

**11.1.21-** Executar os serviços do objeto nas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos.

**11.1.22** - Prestar o serviço de traslado dos alunos (ponto de embarque x escola - escola x ponto de desembarque), de forma que a carga horária escolar seja cumprida conforme determinação da Lei 9394/93, em seu art. 34. O cumprimento dos horários previstos tanto para o embarque dos alunos quanto para sua chegada à escola.

**11.1.23** - A efetiva prestação do serviço de transportar o aluno do ponto de embarque à escola e da escola ao ponto de desembarque.

**11.1.24** As condições de bem-estar dos alunos desde o momento que embarcam, passando pelo tempo de permanência dentro do veículo, de modo que ao chegar à escola estejam em plenas condições de obter rendimento escolar.

**11.1.25** - Tratar com cortesia e gentileza aos alunos durante a execução dos serviços.

**11.1.26** - As condições higiênico-sanitárias dos veículos

**11.1.27** - Adaptação permanente do serviço às demandas que variam.

**11.1.28** O atendimento dos requisitos legais exigidos para a execução do transporte escolar rural.

**11.1.29** Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**11.1.30** Comunicar por escrito ao setor responsável na SME, ocorrência de qualquer problema que possa levar a alteração do itinerário.

**11.1.31** Substituir imediatamente veículo que apresentar defeito. Para que a prestação do serviço não seja suspensa.

**11.1.32** Obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



## 12 MEDIDAS ACAUTELADORAS

12.11 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## 13 DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.11 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 14 DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

14.11 O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

14.12 Para o acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato, ficam designados(as) os(as) agentes públicos(as) abaixo informado(as):

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
→ Juliana Moura da Silva Louredo	10.546-5	Gestor titular
→ Márcia Irene Warol Klein dos Santos	10.730-4	Gestor substituto
→ Eraldo Alves da Silva Junior	11.627-2	Fiscal titular
→ Júnia Cláudia de Souza Soares Antunes	10.621-0	
→ Bianca Boechat Moreira Machado	10.590-7	
→ Rozania Maria Piran	003300-6	
→ Ana Cláudia Herdy Torres Teixeira	99.093-1	
→ Mayhara Tavares Jorge	10.551-1	
→ Rita de Cássia de Jesus Silva	99.089-7	Fiscal substituto

14.13 O(s) fiscal(is) do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

14.14 O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

14.15 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;



14.16 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **15 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

15.11 A empresa vencedora do certame aceitará nas mesmas condições e preços os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até o limite de 25% do valor inicial da contratação para o objeto definido neste termo de referência.

## **16 DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO**

16.11 O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos dos setores requisitantes, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

## **17 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

17.11 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

17.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

- Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- Apresentar documentação falsa;
- Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Não mantiver a proposta;
- Cometer fraude fiscal;
- Comportar-se de modo inidôneo;

17.12 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

17.13 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

17.3.1 Advertência;



### 17.3.2 Multa:

17.3.2.1 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

17.3.2.2. compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

17.3.2.3. moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

17.3.2.4. moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

17.3.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

17.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

17.14 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

17.15 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

17.16 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

## 18 DA SUBCONTRATAÇÃO

18.11 Não será admitida a subcontratação do objeto de contratação de empresa especializada em prestação de serviço de transporte escolar para atendimento das necessidades de alunos da educação básica da rede municipal de Nova Friburgo.

18.12 Não será admitida a subcontratação de mão-de-obra.

18.13 A empresa vencedora apresentará comprovação de propriedade de pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos veículos em nome da empresa vencedora, por lote, não sendo vedado que os outros 50% (cinquenta por cento) advenham de posse, quer seja através de contrato de locação ou comodato, contanto que a mão-de-obra contratada e



execução do serviço seja realizada exclusivamente pela empresa ganhadora do certame, sendo vedado compartilhar veículos entre lotes disputados e/ou praticados.

## 19 DA RESCISÃO

19.11 O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Educação o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

19.12 Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:

19.2.1 Atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação à Secretaria Municipal de Educação;

19.2.2 O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Educação.

19.13 Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

## 20 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.11 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

20.12 Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Educação.

Nova Friburgo/RJ, 08 de Março de 2022.

GESTOR:	APOIO TÉCNICO:
<b>Juliana Moura da Silva Louredo</b> Matrícula 10.546-5	<b>Eraldo Alves da Silva Júnior</b> Matrícula 11.627-2

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

**Caroline Moura Klein**  
Matrícula.: 99.095-3